



A PSICOLOGIA POLÍTICA DA CLASSE ECONOMICAMENTE DOMINANTE BRASILEIRA: O CASO DOS BILIONÁRIOS JORGE PAULO LEMANN, MARCEL TELLES E BETO SICUPIRA (3G CAPITAL)

Letícia Silva de Oliveira e Felipe Corrêa Pedro.

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender a classe economicamente dominante no Brasil por meio de uma perspectiva psicopolítica, com foco nos discursos dos empresários da 3G Capital, Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira. Ela visa explorar como esses bilionários constroem e difundem suas ideias e valores, transcendendo o poder econômico para estabelecer sua hegemonia na sociedade brasileira. Além disso, busca averiguar em que medida o comportamento desses empresários se relaciona com as teorias da Psicologia Política e Ciências Sociais. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa exploratória, através de uma reflexão teórica sobre a conformação e difusão de seus valores, baseando-se em obras teóricas com foco na formação social do Brasil e nas classes economicamente dominantes. Utilizando-se dos sociólogos brasileiros Florestan Fernandes e Jessé Souza para entender a formação social brasileira, e do sociólogo uruguaio Alfredo Errandonea para compreender a teoria das classes e as relações de poder. Os resultados indicam que a influência desses empresários vai além do cenário econômico, reforçando desigualdades históricas por meio da legitimação de narrativas meritocráticas e do uso de Aparelhos Privados de Hegemonia. A pesquisa contribui para o entendimento da dominação psicopolítica no Brasil, demonstrando a relevância de teorias existentes e destacando a necessidade de novos estudos sobre a classe economicamente dominante.

Palavras-chave: Psicologia Política; classe economicamente dominante; desigualdade social.

The Political Psychology of Brazil's Economically Dominant Class: An Analysis of Billionaires Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles, and Beto Sicupira (3G Capital)

ABSTRACT

This research seeks to understand the economically dominant class in Brazil through a psychopolitical perspective, focusing on the discourses of the 3G Capital entrepreneurs, Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles, and Beto Sicupira. It aims to explore how these billionaires construct and disseminate their ideas and values, transcending economic power to establish their hegemony in Brazilian society. Furthermore, it investigates to what extent the behavior of these entrepreneurs relates to theories from Political Psychology and Social Sciences. The research adopts an exploratory qualitative approach, involving theoretical reflection on the formation and dissemination of their values, drawing on theoretical works focused on Brazil's social formation and economically dominant classes. It utilizes Brazilian sociologists Florestan Fernandes and Jessé Souza to understand Brazilian social formation, and Uruguayan sociologist Alfredo Errandonea to comprehend class theory and power relations. The results indicate that the influence of these entrepreneurs extends beyond the economic sphere, reinforcing historical inequalities through the legitimization of meritocratic narratives and the use of Private Hegemony Apparatuses. The research contributes to the understanding of psychopolitical domination in Brazil, demonstrating the relevance of existing theories and highlighting the need for further studies on the economically dominant class.

Keywords: Political Psychology; economically dominant class; social inequality.

1. INTRODUÇÃO

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), responsável pela coleta e análise de dados sobre rendimentos e outras informações socioeconômicas dos habitantes do Brasil, demonstram que em 2023 – apesar de melhorias nos rendimentos médios em todos os estratos do país – o rendimento médio dos 1% da população com maior renda era 39,2 vezes maior que o rendimento dos 40% de menor renda (IBGE, 2024). Essa informação demonstra o abismo econômico do país, que opera sob a lógica do sistema vigente, em que a condição estrutural de produção e reprodução de capital e riqueza é socialmente formada, mas a acumulação é privadamente apropriada por uma minoria que detém os meios de produção (Boschetti, 2017). Nesse viés, a expropriação protagonizada pelas classes subalternas não é apenas econômica, mas também social, conforme é apontado:

Trata-se da imposição – mais ou menos violenta – de uma lógica da vida social pautada pela supressão de meios de existência ao lado da mercantilização crescente dos elementos necessários à vida, dentre os quais figura centralmente a nova necessidade, sentida objetiva e subjetivamente, de venda da força de trabalho (Fontes, 2010, p. 88).

Por esse ângulo, a assimilação de uma realidade assimétrica, que tem a presença de super-ricos e, conseqüentemente, de superpobres, é uma realidade concreta no país. Marcada pelas diferenças de oportunidade econômicas e sociais, essa realidade fomenta permanentemente uma dinâmica de desigualdade. Tal desigualdade econômica e social possui papel determinante nas decisões políticas. Na medida em que as classes economicamente dominantes detêm o poder econômico, isso possibilita a elas utilizarem o Estado não apenas para garantir suas propriedades por meio da violência, mas para que seus próprios mecanismos de regulação e controle sejam estabelecidos no sentido de favorecer a si mesmas. Trata-se exatamente de uma manifestação concreta e histórica daquilo que Corrêa conceitua como poder, ou seja, uma relação social resultante do conflito entre forças sociais, quando há imposição de certas forças sobre outras, e que estabelece as estruturas e mecanismos de regulação e controle da sociedade (Corrêa, F., 2012).

Dessa maneira, o sistema capitalista demonstra sua força de reprodução estabelecendo relações de poder de classe, com certas classes em posição de dominação e outras em posição de dominadas, exploradas. No campo econômico, o estabelecimento do poder de uma classe dominante ocasiona a exclusão sistemática de enormes setores da sociedade, principalmente dos estratos mais baixos. Esse fato se conecta ao princípio elementar da Psicologia apresentado por Parisí (2008), em que o homem só existe em relação com outros, tendo intrinsecamente a necessidade de seguir a massa em que está inserido. Ou seja, o homem surge, nasce e se forma em um contexto social, determinado por

características políticas, que vão do social, cultural, histórico, econômico, até a distribuição de poder e riqueza. Especificidades que formam as subjetividades e, ao mesmo tempo, estabelecem as características que serão passadas pelos sujeitos dentro de um contexto histórico político. De modo que a progressão psicológica está intimamente ligada à atuação política e seu desenvolvimento.

Buscando um maior entendimento desses desdobramentos sociais, esta pesquisa se insere na área da Psicologia Política e é parte constituinte de um projeto de pesquisa mais amplo, em que a finalidade é examinar criticamente contribuições teóricas que estão sendo elaboradas, tanto no âmbito da Psicologia Política, quanto das Ciências Sociais, sobre as relações de poder, levando em conta aspectos sociais tais quais como classes, gênero/sexualidade e raça/etnia. Considera-se aqui que a Psicologia Política é um campo que se constitui no interstício das fronteiras disciplinares e, mesmo que por vezes se veja refém de sua própria identidade, tem possibilidades efetivas de dar respostas a questões que a tradição disciplinar não vem conseguindo (Silva; Rosa, 2012).

Desde esse enfoque psicopolítico, é possível afirmar que as desigualdades econômicas e sociais, que diferenciam indivíduos e se consolidam nas classes sociais, produzem efeitos não somente políticos-institucionais, mas também em termos de pensamento político, comportamento político, consciência política, temas centrais na Psicologia Política (Rennó; Turgeon, 2016). De modo que estudar as dinâmicas que perpetuam e influenciam a concentração de poder e riqueza no Brasil pode auxiliar no entendimento de que a desigualdade é uma construção social, e não uma condição natural. Isso contribui para sensibilizar a sociedade e fomentar relações mais igualitárias – pois não se pode esquecer que a desigualdade entre classes sociais é socialmente nociva, e algo que impede a vida plena de seus membros (Sawaia, 2009).

Buscando se concentrar nesse tópico, em janeiro de 2023 foi a conhecimento do público que a gigante varejista Americanas possuía uma dívida enorme, estimativas falaram de um “erro contábil” de 20 a 40 bilhões de reais (Sutto, 2023). Essa ocorrência ocasionou alvoroço no setor financeiro, pois, além das perdas dos acionistas, os principais sócios e decisores dessa empresa – Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Alberto (Beto) Sicupira, líderes da 3G Capital – justificaram o problema como um erro contábil da companhia, e reconheceram sua responsabilidade como limitada; afinal, seu controle sobre a empresa teria sido diminuído (Rivas, 2023). Seguiu-se a isso um escândalo, que culminou no pedido de recuperação judicial da empresa e em suspeitas de fraude por parte de credores, acionistas e funcionários.



Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira são conhecidos por sua impressionante fortuna acumulada ao longo de décadas de sucesso empresarial. Em 2023, sua riqueza conjunta foi estimada em cerca de US\$ 37,7 bilhões (R\$ 196,12 bilhões). Essa fortuna reflete sua influência significativa no mercado global, resultado de investimentos estratégicos e aquisições de grandes corporações ao longo de anos, inicialmente com sua atuação no banco Garantia e na GP Investimentos, seguidos das gigantes AB InBev, *Kraft Heinz* e *Burger King*, entre muitas outras. Dessa maneira, o trio não apenas consolidou sua riqueza pessoal, mas também deixou uma marca duradoura no cenário econômico internacional e nacional (BBC Brasil, 2023). Assim, os 3G passaram a ficar em evidência, principalmente pela sua forte influência no Brasil, expressiva no mercado financeiro e, por meio dele, em vários outros setores do país, principalmente em fundações sem fins lucrativos.

É por sua força no setor econômico que suas decisões têm poder de impactar uma grande parcela da população brasileira; diretamente, por meio de empregos e relações entre empresas; e indiretamente, pela influência de suas empresas no mercado financeiro e nas políticas econômicas do país. Ao serem grandes representantes do setor mais elevado das classes dominantes, suas motivações comportamentais em termos de assuntos políticos possuem grande impacto na vida do restante da população, tendo em vista as relações de poder anteriormente mencionadas. Ao identificar as ideologias, os possíveis preconceitos e as estratégias das classes dominantes, torna-se possível a formulação de políticas públicas para reduzir a diferença de oportunidades sociais.

A presente pesquisa possui o objetivo geral de compreender a classe economicamente dominante no Brasil desde uma perspectiva psicopolítica, tendo como enfoque o discurso dos empresários Jorge Paulo Lemann, Marcel Teles e Beto Sicupira. Ela visa explorar como o grupo de bilionários constrói e difunde suas ideias e valores na sociedade brasileira, articulando estratégias e influências que transcendem o poder econômico, e contribuem para sua legitimação e o estabelecimento de uma hegemonia na sociedade. Além disso, a pesquisa busca averiguar em que medida o comportamento desses empresários se relaciona com algumas teorias da Psicologia Política e das Ciências Sociais sobre as classes economicamente dominantes, levando em conta aspectos sociológicos e psicopolíticos.

Esta é uma pesquisa qualitativa exploratória que se propôs, inicialmente, em termos metodológicos, analisar o discurso dos três empresários da 3G Capital. No entanto, à medida que a pesquisa avançou, tornou-se necessária uma abordagem metodológica mais abrangente, a fim de refletir teoricamente acerca dos discursos e práticas dos empresários em questão. Assim, os aspectos metodológicos desta pesquisa foram estabelecidos. Partiu-se, num primeiro momento, desses discursos de Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto

Sicupira, tomando como base entrevistas e biografias, de modo a compreender psicopoliticamente suas posições. Em seguida, avançou-se para reflexões sobre a conformação e a difusão das ideias e dos valores dos empresários e suas empresas para o Brasil.

O pano de fundo, que norteou essas duas etapas anteriores foi o estudo tanto de obras teóricas acerca das classes sociais e da Psicologia Política das Classes Sociais, quanto da formação social brasileira com enfoque nas classes sociais economicamente dominantes, algumas vezes também chamadas de “elite”. Florestan Fernandes e Jessé Souza, sociólogos brasileiros, foram utilizados para esse entendimento da formação social brasileira; Alfredo Errandonea, sociólogo uruguaio, para o entendimento da teoria das classes sociais e das relações de poder ou dominação.

Florestan Fernandes, em sua obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (2008), mostra como a escravização no Brasil foi determinante ao estabelecer os fundamentos da formação social de nossa sociedade, e que mesmo após a abolição formal, ela continua a produzir e preservar desigualdades, sem integrar e promover a justiça social para pretos e pobres. A obra *A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato* (2017), de Jessé Souza, destaca o papel do escravagismo e do patrimonialismo na criação da sociedade brasileira. Argumentando que esses fatores contribuíram para a formação de uma elite que se beneficia da exploração das classes mais baixas, Souza também evidencia como essa elite controla a mídia e promove a ideia de que a desigualdade e a corrupção são naturalmente produzidas pelo Estado, enquanto se isenta de qualquer responsabilidade. Já Errandonea, no livro *Sociología de la Dominación* (1989), define as classes sociais como grupos humanos que compartilham semelhanças estruturais, tanto quantitativas quanto qualitativas, em relação a aspectos e atributos distribuídos de forma desigual na sociedade, principalmente elas relações de poder. E conceitua a classe dominante como aquela que controla o aparato de dominação dentro do sistema vigente, incluindo os recursos produtivos, o processo de trabalho e a distribuição de bens e serviços.

2. CONTEXTO HISTÓRICO E CLASSES ECONOMICAMENTE DOMINANTES

2.1 A formação social brasileira e as classes sociais

Ficou nítido para este trabalho que realizar a análise da classe economicamente dominante no Brasil ultrapassa qualquer vislumbre atual e, portanto, a compreensão da Psicologia Política dessa classe requer uma rápida digressão ao passado, a fim de entender como ele foi responsável por moldar e formar social e politicamente o país ao longo dos séculos. A história do Brasil foi marcada por singularidades que permitiram o desenvolvimento

de aparatos desiguais e que forneceram ferramentas de poder controladas por um estrato restrito na sociedade.

Embora a construção do Brasil que conhecemos tenha sido concebida geograficamente fora da sociedade medieval europeia, a estrutura social e política que emergiu durante o período colonial mantinha notáveis resquícios dos modelos europeus. O formato patriarcal centrado no senhor de engenho, que detinha o poder e agia por restrições morais tradicionais e religiosas, não pode ser considerado coincidência, mas um reflexo de uma mentalidade colonizadora que gerou paradigmas sociais e políticos europeus no Brasil. Contudo, apesar dessa primordial herança colonizadora da sociedade brasileira, o que se tem como fundamental na constituição da dinâmica social é a escravização. Afinal, de acordo com Souza (2017), desde a gênese do Brasil a instituição que englobava todas as outras era a escravização; divergindo de Portugal, ela regeu a formação da família, da economia, da política e da justiça no Brasil. É dessa configuração de exploração que o papel da instituição escravocrata se engendra na criação das desigualdades do país, formando uma massa desprezada com ascendência dos povos originários e principalmente de pretos, que tiveram suas subjetividades e suas próprias vidas roubada. Isso porque não se nasce escravo, mas se torna escravizado; já que determinado sujeito tem sua qualidade de humano retirada e consequentemente é colocado na posição de sub-humano e propriedade (Kopytoff, 1982).

Na busca pela abolição da escravatura no final do século XIX, os cativos não se tornaram protagonistas da conquista de sua própria liberdade, pois foram os interesses dos brancos na substituição do antigo regime colonial-escravocrata que os colocaram nessa posição, desembocando na conquista meramente simbólica de 1888, como demonstra Fernandes (2008, p. 29):

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida do trabalho. O liberto civil convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

Destarte, apesar da conquista jurídica de seus direitos, o ex-escravizados e seus descendentes ainda continham a grande desvantagem de “serem marcados fenotipicamente”, que os colocava na posição de sub-humanos pelas demais instituições da sociedade, gerando o racismo mais eficaz do mundo, que não possui um padrão e que é praticado diariamente e de maneira velada. Provocando a falsa ideia de convivência pacífica, mas que quando se trata

de concorrência econômica, social ou educacional, esse quadro se desajusta, abrindo espaço para demonstrar como “a marca” da cor delimita as possibilidades, onde o “racismo de gradação” sujeita os indivíduos a divisão de mais ou menos humanos por suas características físicas e consequentemente os separam das oportunidades na sociedade (Silva, 2009).

A partir disso, desenha-se uma nova configuração social, em que, apesar do imenso contingente negro disponível para o trabalho, os empregos acabaram sendo ocupados principalmente por imigrantes brancos. Além de não possuírem problemas com o trabalho braçal, ajudaram no projeto de embranquecimento do país, que agora buscava se modernizar e se industrializar (Fernandes, 2008). Essa política de embranquecimento, entre meados dos séculos XIX e XX, foi fomentada pela desmoralização racial; a miscigenação se transfigurou na possível salvação do país. Por um lado, ela dava para os dominantes a esperança de um “mundo branco” no futuro; por outro, dava aos pretos o sonho de que seus herdeiros pudessem ser incluídos na sociedade – isso, porém, carregava um duplo sentido, já que denotava também a negação de seu passado e principalmente de sua identidade que historicamente já era afetada (Andre, 2007). É nesse viés que Souza reitera:

É a partir daqui que podemos entender a relação entre classe social e raça no nosso país. Ser considerado branco era ser considerado útil ao esforço de modernização do país, daí a possibilidade mesma de se embranquecer, fechada em outros sistemas com outras características. Branco era (e continua sendo) antes um indicador da existência de uma série de atributos morais e culturais do que a cor de uma pele. Embranquecer significa, numa sociedade que se europeizava, compartilhar os valores dominantes dessa cultura, ser um suporte dela. Preconceito, nesse sentido, é a presunção de que alguém de origem africana é “primitivo”, “incivilizado”, incapaz de exercer as atividades que se esperava de um membro de uma sociedade que se “civilizava” segundo o padrão europeu e ocidental (2017, p. 70-71).

Cria-se então uma sociedade composta por indivíduos diretamente explorados e em ostracismo pela cor junto aos miscigenados, os brancos imigrantes que compunham o contingente digno de trabalho, e brancos ricos que possuíam a vantagem da dominação histórica e a riqueza construída ao longo de gerações e que se preocupavam apenas em aumentar seu domínio e fortuna (Fernandes, 2008). Essa configuração social tornou possível a segregação massiva de tudo o que era considerado inadequado dentro do contexto brasileiro, subjugando uma população em prol de outra, que possuía raízes colonizadoras brancas e discursos meritocráticos, formalizando um Estado marcado pelo racismo estrutural. É nesse quadro que nossa hipótese se constrói, abarcando uma pequena população com grande poderio que, sobrepujando o campo econômico, dissemina-se até todos os outros. Onde as classes sociais se diferenciam de acordo com o que possuem e em consequência estipulam critérios para graus de legitimação dentro de uma “hierarquia social”, ocasionando a divisão entre superiores e dignos de privilégios, em contrapartida dos merecedores da humilhação, situação marginal e humilhação (Souza, 2017).

2.2 A hagiografia dos bilionários da 3G Capital e a legitimação da dominação social

Como foi apresentado, o Brasil contemporâneo se desenha a partir de interesses dominantes e da perpetuação das desigualdades marcada pelo preconceito racial. Dessa maneira, nosso questionamento se impera na maneira que essa elite se apresenta diante da sociedade e consequentemente age na era contemporânea, confirmando ou não os preceitos de nosso referencial teórico.

Em entrevista à CNN Brasil em 2022, o bilionário Jorge Paulo Lemann é apresentado como um homem simples, distante de luxos, cuja trajetória de vida é descrita como fruto de grande esforço pessoal, sendo permeada por diversas conquistas no meio empresarial e desempenho filantrópico exemplar (Lemann, 2022). Fica nítido nesse primeiro momento um exemplo de hagiografia, onde a tentativa de enriquecer a trajetória do bilionário sobrepujando seus feitos aos privilégios fortalece seu discurso meritocrático e valoriza sua opinião diante da sociedade em que ele se insere. Essa ação à luz das relações de poder confirma como a elite utiliza de várias camadas de dominação para legitimar seu poder. Ao apresentá-lo como exemplo de trabalho árduo e sucesso meritocrático, a mídia contribui diretamente para a narrativa que não somente exalta as conquistas pessoais de Lemann, mas o apresenta como um líder empresarial justo e merecedor, fortalecendo o consenso necessário para a dominação, mantendo a relação bilateral que envolve dominantes e dominados através do fortalecimento da legitimação, conforme explicado por Errandonea (1989). No caso de Lemann e de seus colegas Sicupira e Telles, a legitimação de suas posições ocorrem com suas imagens baseadas na simplicidade e no mérito, valores internalizados pela sociedade como desejáveis, e é por intermédio dessa narrativa que os dominadores podem justificar sua dominação e gerar o consenso de seus dominados.

Ao se fortalecer essa discussão do merecimento, temos então o principal foco da construção do *habitus* da classe dominante, pois é isso que os coloca em uma posição diferenciada dentro do sistema de classes além de seu dinheiro ao olhar de outras classes. Como o *habitus* seria a disposição incorporada e naturalizada em tornar-se corpo, os integrantes da classe – ou da fração de classe – dominante, adquirem seu *habitus* hegemônico desde a tenra infância, assegurando seu triunfo na sociedade (Gomes, 2019). Essa configuração garante que o fracasso social dos demais estratos do corpo social seja naturalizado e a dimensão negativa da meritocracia alcance o discurso dos grandes empresários, assim como é proposto por Barbosa (2003, p. 22):

Nessa sua dimensão negativa, a meritocracia não atribui importância a variáveis sociais como origem, posição social, econômica e poder político no momento em que estamos pleiteando ou competindo por uma posição ou direito.

Esse posicionamento demonstrado pelos 3G em conferência (Brazil Conference, 2019) reflete exatamente a noção bourdieusiana de “distinção”, em que os indivíduos dominadores estrategicamente se destacam por sua disparidade em relação aos demais, justificando a desigualdade “merecida” por seus talentos inatos e ignorando seus privilégios e vantagens culturais desde seu nascimento. Isso vai ao encontro daquilo que é proposto por Souza (2012), ao garantir que suas posições sejam naturalizadas e buscadas por esforço pessoal do restante das pessoas.

Para mais, ao se colocar como fortalecedora das vontades dos 3G e sua hagiografia, a mídia gera um consenso na sociedade ao atraparlar propositalmente a difusão de ideias contrárias às propostas pela elite econômica, e cria um ambiente onde narrativas diferentes são deslegitimadas e podem ser marginalizadas. Portanto, a capacidade de mobilização e organização das demais classes tem um congelamento no debate público e a dominação se alastra para além de apenas força. Isso desencadeia a construção de um quadro de valores e crenças que torna a estrutura social existente como justa e inevitável, com grandes melhoras propostas e incorporadas apenas pela atuação desses grandes empresários, retirando assim a qualquer possibilidade da mudança advindas na população. Assim como afirma Souza (2017), o que se perde é simplesmente o recurso mais valioso de toda sociedade, a capacidade de aprender e refletir sobre sua realidade sem uma ideologia imposta, em que a distorção sistemática da realidade social para a população causa mal irreparável e superior à surrupiar qualquer quantia financeira, pois se frustra sonhos, aprendizados históricos coletivos e principalmente esperança de centenas de milhões. Ademais, é nesse espaço midiático que Lemann apresenta suas opiniões acerca da sociedade brasileira, sendo questionado frequentemente sobre o que faria em diversas situações que permeiam a administração e desigualdade do país. Como destaca Eni Orlandi (2012) sobre a análise de discurso, o discurso possui margens de não-ditos que também carregam significado, nesse sentido, o bilionário afirma ser neutro politicamente, mais centralizado, apostando naquilo “que funciona” (Lemann, 2022).

Esse posicionamento pode representar então uma estratégia para preservar seus próprios interesses e evitar conflitos políticos diante do interesse dos outros, já que ao se posicionar no centro, ele evita a polarização que ameaça seus privilégios econômicos e de seu domínio vigente no status quo. No entanto, essa postura pode levantar questionamentos acerca de seu comprometimento com questões econômicas e sociais, o que na verdade garante a proteção de seus interesses e mantém sua imagem pública intacta, abrindo alas para a manutenção de seu pacto político com qualquer ideologia que adentrar ao poder contanto que seja garantida sua hegemonia.

Acerca do poderio da classe economicamente dominante podemos adicionar como a construção da hegemonia se dá também pela estruturação e intervenção de um vasto conjunto de Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs). Essas ferramentas são construídas no âmbito da sociedade civil visando a afirmação de uma visão de mundo, em que os aparelhos possibilitam o embate hegemônico na disputa pelo poder das grandes elites. É necessário lembrar que apesar de sua denominação “privada”, sua constituição se expande para além da sociedade civil, articulando dialeticamente à sociedade política, como parte integrante do Estado que se entrelaça com todas as esferas sociais e é disputado a favor da direção escolhida pelos grandes mandatários econômicos. Logo, a concepção de poder não se restringe apenas à ocupação de cargos na sociedade política, mas ao conjunto da sociedade civil e seus movimentos dentro das classes (Silva; Calil, 2021). Isto posto – de acordo o conceito de hegemonia gramsciano –, as fundações, os institutos e organizações empresariais aparecem como partes dos APHs, que se expandiram ao longo do século XXI, refletindo uma ampliação e especialização das estratégias de controle direcionada aos interesses empresariais no contexto do “capital-imperialismo”, a fim de promover uma sociabilidade burguesa, o que facilitou principalmente a mercantilização da educação, moldando os sistemas de ensino para atuar alinhados com os interesses do capital internacional (Farias, 2021).

É com essa noção gramsciana de um Estado ampliado – no sentido de não se estremar a sociedade civil e Estado – que podemos recorrer para novos tipos de ações com a intenção de soberania da influência dos 3G, uma vez que seus discursos e participações com campo filantrópico e educacional são extremamente consideráveis para essa análise. Mostra-se necessário lembrar que suas falas no assunto supracitado são dadas na mídia como positivas para a construção de uma sociedade mais justa e com oportunidade para todos, porém o que se desenha é uma tamanha influência e fortalecimento de seu pensamento meritocrático (Brazil Conference, 2019; Correa, C., 2013; Lemann, 2022).

Apesar da benevolência apresentada, existe algo que o trio se beneficia diretamente: a influência, já que por meio de suas diversas instituições, conseguem capturar o máximo da talentos possíveis e moldá-los com seus preceitos por meio de oportunidades de bolsas e formações internacionais. O conglomerado de APHs Empresariais Lemann e Sócios, composto primordialmente pela Fundação Estudar, Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos e Fundação Lemann, exemplifica essa inter-relação e se beneficiou pelo Marco Regulatório das organizações que agiliza as transações com o poder público, principal clientes dos APHs empresariais e de empresas, no que tange fornecimento de serviços e produtos.

As redes públicas de ensino acabaram se tornando o principal campo de atuação dessas instituições, que serviram para testar e expandir produtos e serviços principalmente no campo virtual a partir de 2011, com a participação de intelectuais orgânicos – que estão além da vida acadêmica e contribuem para os interesses da classe dominante – e representantes empresariais em órgãos governamentais e até legislativos. Isso ocasionou a definição das pautas sociais e políticas que influenciam diretamente a gestão pública e selecionam líderes para posições cruciais, superando obstáculos político-partidários e se engendrando em todos os meios de dominação. Com inspiração na estrutura do empreendimento original de Lemann, denominado Banco Garantia, o conglomerado oferece programas como Formar, Brava e Lideranças Públicas, que afetam a vida de todas as classes a partir de transações com o poder público tendo resquícios da “Cultura Garantia” (Farias, 2021).

Cabe aqui uma breve conjectura da seleção e instrução de funcionários e líderes que compõem o império dos 3G, com o intento de elucidar o desenvolvimento feito pelos três ao longo de sua história empresarial para se manterem competitivos independente da realidade do capital em que se inserem e buscam soberania. O início da trajetória do 3G Capital, em particular com a fundação do Banco Garantia, aponta uma matriz específica para o tipo de funcionário ideal, a abordagem dos fundadores foi traçada por um perfil de funcionários que se alinhava ao que o próprio Lemann descreve como “*Poor, Smart, Deep Desire to Get Rich*” (PSD) – isto é, pessoas pobres, inteligentes e com grande desejo de enriquecer. Esses indivíduos, apesar de não integrarem diretamente a massa dos jovens brilhantes e bem formados da elite acadêmica ou empresarial da época, compunham um contingente ímpar ao que concerne à disposição de adotar uma postura agressiva e resiliente, focada na maximização dos lucros e obtenção de resultados que era inspirada em valores advindos do banco norte-americano *Goldman Sachs* (Correa, C., 2013).

Conhecido pelo ambiente altamente meritocrático e competitivo, o banco norte-americano fomentava a adoção de salários baixos em contrapartida a um alto incentivo à compra de participações da empresa, com a intenção de manter os empregados constantemente motivados a potencializar o desempenho e investir na empresa, o que configurava não só a lealdade, mas também assegurava o profundo envolvimento nas estratégias e objetivos do banco. Para os funcionários PSD, o discurso valorativo do Banco Garantia significava grande pressão para entregar resultados excepcionais a fim de provar seu valor e a adoção de uma postura simples e sem luxos, fortalecendo a visão do trabalho duro da empresa e legitimando seus feitos frente ao mercado financeiro.

Com a evolução do 3G capital e as empresas sob seu comando, um novo perfil de funcionários veio à tona em resposta às mudanças de mercado e empreendedorismo. Hoje,

além da ambição, torna-se essencial que os funcionários possuam uma mentalidade de crescimento contínuo, para além do curto prazo, com habilidades tecnológicas e uma compreensão apurada das necessidades dos clientes. Essa abordagem moderna privilegia a capacidade de aprender e se adaptar, combinada com um “otimismo impaciente” que valoriza tanto a visão estratégica de longo prazo quanto a agilidade de execução, mas que também aceita tomar mais riscos pela posição financeira mais confortável (Fonseca, 2021).

No novo espírito do capitalismo, descrito por Boltanski e Chiapelo (2009), verifica-se uma transição de um modelo de controle tradicional – baseado em hierarquias rígidas e normas explícitas – para um modelo que valoriza a autonomia e flexibilidade, em que há intensa pressão sobre os empregados. Esse modelo promoveu a ideia de que a ascensão profissional e o sucesso são exclusivamente por mérito pessoal, desembocando em uma cultura na qual o esforço individual é fundamental para a conquista de recompensas. Portanto, a pressão de se destacar e a necessidade de se adaptar para gerar resultados rápidos de acordo com as mudanças do mercado são internalizadas como responsabilidades do indivíduo. Em consequência, são gerados trabalhadores que exigem constantemente de si mesmos de acordo com os ideais dominantes, e propagam isso para as demais alas de sua vida por uma forma de controle disfarçada. Com isso é permitido à empresa manter elevados níveis de desempenho e conformidades, diminuindo ao mesmo tempo custos associados à gestão tradicional e fortalecendo a hierarquia das classes e o fundamento do capitalismo. Por essa visão de legitimação do capitalismo, a empresa é constantemente apresentada com um bem social, essencial à necessidade dos clientes e para contribuir para o bem-estar de toda a sociedade, logo é amplamente promovida a narrativa da empresa ser fundamental para a prosperidade nacional, refletindo a construção ideológica de que o sucesso empresarial junto aos seus braços filantrópicos estão intrinsicamente ligados ao progresso social (Zetterman, 2020).

O discurso que enaltece os grandes feitos individuais e seu benefício diante da sociedade se alastra e tem uma influência significativa na arena política. Tal narrativa afeta diretamente a forma como as classes sociais se veem, em especial a classe média, que é frequentemente escolhida para os cargos necessários na nova dinâmica empresarial apresentada. Historicamente, a classe média foi vista com um intermediário entre as classes altas e baixas, um grupo que poderia ascender socialmente através do esforço pessoal e mérito e ter a função de amortecedor social ou político diante das desigualdades. Porém, o que se percebe, na verdade, é um estrato mais alinhado aos ideais políticos da classe alta (Rennó; Turgeon, 2016). A classe média brasileira adota a posição de agente das vontades dos bilionários e forma a especificação de dominação do país, viabilizando o sistema de



controle sem danificar a imagem hagiográfica da classe alta caso algo venha à tona, como colocado por Souza (2017, p. 108):

Mas a chave para a compreensão da iniquidade e vileza singulares da sociedade brasileira é a classe média. É ela que forma um pacto antipopular comandado pela elite dos proprietários, onde se misturam aspectos racionais, como preservação de privilégios, e aspectos irracionais, como necessidades de distinção e ódio e ressentimento de classe.

Esse formato possibilita que os 3G usufruam de posições sociais que implicam ao acesso permanente e institucionalizado aos dispositivos ao que concerne às decisões sociais e afeta os demais estratos, através das categorias: base técnica, elite política e círculos empresariais exclusivos. Isso vai ao encontro daquilo que propõe Errandonea, pois, o sistema de classes sociais ultrapassa nesse instante a definição a partir somente da exploração e do campo econômico, abarcando então o campo da dominação como suprasumo explicativo da estratificação social, uma vez que a exploração econômica faz parte da dominação, uma forma de poder.

Portanto, o fundamento básico das relações de classe ultrapassa a exploração e mais-valia, confirmando-se por meio da dominação, que possui aspectos intimamente relacionados à assimetria social e à homogeneidade pela similaridade, naquilo que tange à desigualdade social. Esses aspectos se alteram de acordo com tempo e necessidade de manutenção do poder, desde as classes dominantes até os marginalizados (Corrêa, F., 2022). De maneira complementar, podemos ampliar nossa visão – com a ajuda de Jessé Souza – para a forma que o sistema de classes brasileiro se delineia pelo conjunto de práticas e estratégias comuns que incluem não apenas o capital econômico, mas também o “capital cultural”, que engloba a origem familiar e o capital educacional, demonstrando um papel crucial na definição e reprodução das desigualdades (Gomes, 2019), delimitando o *habitus* de todas as classes de acordo com a dominação imposta advinda das classe alta ao restante e forjando no Brasil moderno novas maneiras de exploração advindas da herança do racismo estrutural.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscamos realizar uma maior compreensão acerca da influência psicopolítica e o poder da classe economicamente dominante no Brasil, com uma amostra específica contendo os bilionários Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira, conhecidos como os “3G”. A partir da análise teórica e histórica e da identificação das estratégias desses indivíduos, foi possível inferir uma leitura da desigualdade construída no Brasil por intermédio da organização social europeia assentada na escravização deliberada dos povos originários e pretos, apresentados como sub-humanos. Essa herança escravista e preconceituosa construiu um país caracterizado por um abismo econômico-social que fortaleceu a dominação branca e privilegiou a construção de grandes fortunas.

No Brasil moderno, a influência dos 3G se mostrou transcendente ao mero exercício de poder econômico, manifestando-se em todos os setores da sociedade e mantendo as desigualdades históricas. Isso ocorre por um discurso que busca a legitimação advinda da narrativa de meritocracia e trabalho árduo, com um pacto direto com a mídia para fortalecer e propagar o consenso social sobre seus feitos e sustentar suas posições de dominação pela construção hagiográfica de suas imagens.

Além disso, o estudo evidenciou o papel dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) com o intento de expandir sua influência e moldar o ambiente social brasileiro. Por meio de instituições filantrópicas e fundações, eles promovem uma narrativa que vai ao encontro ao discurso meritocrático, que além de reforçar seus status, também limita a mobilização e mudança social das demais classes. Seja por pactos de distribuição de algum poder, como a classe média, ou até marginalização e construção de entraves no meio educacional para as classes mais baixas. As fundações como a Fundação Lemann e o Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos são exemplos de como os 3G moldam a educação e as oportunidades, alinhando-as com seus interesses e perpetuando o status quo.

Para acrescentar, a pesquisa demonstrou que a construção da hegemonia de Lemann, Telles e Sicupira está intimamente ligada com a perpetuação das desigualdades no Brasil em um sistema que ultrapassa a exploração econômica e é explicada pela dominação. Trata-se de um processo complexo que envolve a manipulação de discursos, a formação de *habitus* e a mobilização de APHs para garantir a continuidade de seu poder e a reprodução dessas desigualdades, sendo possível estabelecer total associação com o referencial baseado em Alfredo Errandonea, Jessé Souza e Florestan Fernandes.

Destarte, o estudo contribuiu para o aparato teórico da Psicologia Política ao demonstrar a atualidade de teses anteriores e se amplia para a forma com que as formas de dominação são posicionadas no Brasil contemporâneo. Porém também enfatizou a necessidade de novas pesquisas no campo da classe economicamente dominante por encontrar percalços quanto ao material teórico atualizado e em quantidade, salientando ser imprescindível a postura indagadora frente aos grandes detentores da dominação e suas ações que afetam diariamente a vida de todos os brasileiros.

4. REFERÊNCIAS

ANDRE, M. DA C. **O ser negro: um estudo sobre a construção de subjetividades em afro-descendentes**. 2007.

BARBOSA, L. **Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

BBC BRASIL. Lemann, Telles e Sicupira: quem são os maiores acionistas da Americanas, que negam que sabiam de rombo bilionário. **BBC News Brasil**, 2023.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BOSCHETTI, I. **Supressão de direitos no capitalismo: uma forma contemporânea de expropriação**. Anais do Colóquio Marx e o Marxismo 2017: De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917). Niterói: NIEP-Marx, 2017. Disponível em: <<https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2017/AnaisMM2017/MC44/mc441.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2024

BRAZIL CONFERENCE (ED.). **+Talentos: Desenvolvendo os Líderes de Amanhã | Brazil Conference 2019**. 19 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q6KV4S-U1kU>>. Acesso em: 7 jun. 2024

CORREA, C. **Sonho grande: Como Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira revolucionaram o capitalismo brasileiro e conquistaram o mundo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

CORRÊA, F. Poder e participação. **Plural**, v. 19, n. 2, p. 113–128, 13 dez. 2012.

CORRÊA, F. **Bandeira Negra: rediscutindo o anarquismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

ERRANDONEA, A. **Sociologia de la Dominación**. Montevideo/Buenos Aires: Nordan/Tupac, 1989.

FARIAS, A. M. Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia empresariais Lemann e sócios. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 13, n. 2, p. 735–765, 17 set. 2021.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. v. 1

FONSECA, M. **Lemann: não basta ter “faca nos dentes” ou “brilho nos olhos” para ser contratado**. **InfoMoney**, 2021. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/carreira/lemann-nao-basta-ter-faca-nos-dentes-ou-brilho-nos-olhos-para-ser-contratado/>>

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora URFJ, 2010.

GOMES, D. F. L. Sobre a teoria das classes sociais de Jessé Souza. **Revista de Direito**, v. 11, n. 01, p. 221–265, 30 ago. 2019.

IBGE, C. DE P. POR A. DE D. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Rendimento de todas as fontes 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102079_informativo.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

KOPYTOFF, I. **Slavery**. **Annual Review of Anthropology**, 1982.

LEMANN, J. P. **Jorge Paulo Lemann CNN Olhares Brasileiros**. , 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3G8_85DIG4I>. Acesso em: 6 jul. 2024

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2012.



PARISÍ, E. R. Definiendo a la psicología política. **Boletín (Sociedad de Psicología del Uruguay. En línea)**, n. 46, p. 20–38, 2008.

RENNÓ, L.; TURGEON, M. A Psicologia Política das Classes Sociais no Brasil: Atributos das Atitudes Políticas por Estratificação e Mobilidade Social. **Dados**, v. 59, p. 11–52, mar. 2016.

RIVAS, K. **Investidores pedem que sócios da 3G Capital indenizem Americanas por abuso de poder.** **InfoMoney**, 31 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/onde-investir/investidores-pedem-que-3g-capital-indenize-americanas-por-abuso-de-poder/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, p. 364–372, 2009.

SILVA, C. L.; CALIL, G. G. Hegemonia, aparelhos privados e pesquisas na linha de pesquisa Estado e poder. **ESTADO E PODER**, 2021.

SILVA, A. S. DA; ROSA, L. A Psicologia política: um breve olhar sobre as américas. Em: **Psicologia política: debates e embates de um campo interdisciplinar**. São Paulo: Escola de Artes Ciências e Humanidades - EACH/USP, 2012. p. 9–34.

SILVA, F. C. O. DA. **A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil**. 2009.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: UFMG; IUPERJ, 2012.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SUTTO, G. **Americanas (AMER3) se reúne com MPT e reitera que não fará demissão em massa, mas cita possíveis “reestruturações”.** **InfoMoney**, 9 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/carreira/americanas-amer3-se-reune-com-mpt-e-reitera-que-nao-fara-demissao-em-massa-mas-cita-possiveis-reestruturacoes/>>. Acesso em: 10 ago. 2024

ZETTERMANN, C. R. A. **legitimação da elite empresarial brasileira: biografia de sucesso versus habitus de classe**. 2020.